

HABEAS CORPUS Nº 515.381 - PR (2019/0168062-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : LETICIA NOGUEIRA GARDONA MAYNARDES
ADVOGADO : LETICIA NOGUEIRA GARDONA MAYNARDES - PR046566
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MONICA REGINA DA SILVA

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉ QUE RESPONDEU A TODO O PROCESSO EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

A prisão preventiva foi motivada pelo Juízo de primeiro grau, que destacou o fato da ora paciente integrar organização criminosa voltada para o comércio ilícito de entorpecentes, bem como o fato de possuir outra condenação pela prática de roubo majorado e formação de quadrilha, sendo concedido o indulto em 2015, o que nos faria concluir que a prisão processual estaria devidamente fundamentada na garantia da ordem pública. Todavia, a paciente respondeu a todo o processo solta, desde 2011, não havendo fatos novos que justificassem a decretação de sua prisão, inclusive o processo citado no acórdão impugnado, já era de conhecimento do Juízo *a quo* quando permitiu que respondesse ao processo em liberdade.

3. Não havendo registro de fato que indique efetivo risco à ordem pública, não há fundamentação idônea para que a prisão preventiva seja decretada na sentença. Precedentes.

4. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para que a paciente responda ao processo em liberdade, se por outro

motivo não estiver presa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido e conceder, de ofício, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator